



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ-UFOPA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

JOANDERSON CALDEIRA MESQUITA

LIEBOLD & CIA: OS RASTROS DA SUÁSTICA NA AMAZÔNIA

Santarém
2021

JOANDERSON CALDEIRA MESQUITA

LIEBOLD & CIA: OS RASTROS DA SUÁSTICA NA AMAZÔNIA

Trabalho de Conclusão de Curso,
modalidade Monografia, apresentado ao
Curso de Licenciatura em História da
Universidade Federal do Oeste do Pará,
como requisito para obtenção de
aprovação em TCC sob orientação da
professora Lorena Lopes da Costa.

Santarém
2021

JOANDERSON CALDEIRA MESQUITA

**LIEBOLD & CIA: OS RASTROS DA SUÁSTICA NA
AMAZÔNIA**

TERMO DE APROVAÇÃO

APROVADO EM: _09___/_07___/_2021___

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Lorena Lopes da Costa (UFOPA) – Orientadora

Profª. Ms. Isabel Teresa Creão Augusto (UFOPA) – Avaliadora

Prof. Dr. Augusto Bruno de Carvalho Dias Leite (UFES) – Avaliador

Santarém
2021

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) da UFOPA Catalogação de Publicação na
Fonte. UFOPA - Biblioteca Unidade Rondon

Mesquita, Joanderson Caldeira.

Liebold & Cia: os rastros da suástica na Amazônia / Joanderson Caldeira Mesquita. - Santarém, 2021.
41f.: il.

Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Ciências Humanas.
Orientador: Lorena Lopes Costa.

1. Liebold & Cia. 2. Nazismo. 3. Suástica. 4. Getúlio Vargas.
5. Santarém. I. Costa, Lorena Lopes. II. Título.

UFOPACampus Rondon

CDD 910

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora professora Lorena Lopes Costa, pela paciência, apoio, empenho e dedicação na lapidação deste trabalho.

Aos professores, Diego Góis, Luiz Laurindo Jr, Isabel Creão e à pesquisadora Emilie Stoll, pelo aprendizado transmitido no Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas (CDHBA).

À faxineira Áurea que higieniza o CDHBA e facilita trabalho dos bolsistas.

À minha companheira de monitoria Camila Gomes, pelas longas discussões e ajuda com os documentos utilizados nesse trabalho

Às bolsistas do CDHBA Maraya Silva e Regiandrea Lourido, pelo apoio com documentos da família Liebold.

Ao advogado José Ronaldo Dias Campos, pelas informações sobre a família Liebold na cidade de Santarém.

Aos professores Karl Arenz (UFPA), Luís Edmundo de Moraes (UFRRJ) e Rafael Athaides (UFMS) pelas informações, sugestões e fornecimento de material bibliográfico de grande importância para a pesquisa.

Aqueles que me apoiaram nos momentos de maiores dificuldades, e colaboraram com sugestões, críticas e com tempo, utilizado para longas conversas: Êmily Sthephane, Luís Eduardo, Hyego Rafa, Vitória Mascarenhas, Jaine, Emanuel Queiroz, Maria Caroline, Felipe, Júnior Dinniz e Kamille Moraes.

RESUMO:

Na presente pesquisa, buscamos investigar um processo de 1938 que envolve o uso da suástica pela Liebold & Cia, firma estabelecida na cidade de Santarém; suas implicações e a forma como o nazismo rondam a atmosfera santarena nos anos que se seguem. Destaca-se que já existem contribuições historiográficas sobre o antissemitismo e o nazismo, com as quais dialogamos no Brasil, todavia entendemos que a literatura sobre o tema é insuficiente para debater as manifestações envolvendo o uso da suástica na Amazônia. Na pesquisa, foram utilizados documentos criminais e cíveis pertencentes ao Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas (Ufopa), e jornais do Instituto Cultural Boanerges Sena. O uso documental concentrou-se em entender as motivações do uso da suástica pela Liebold & Cia, mas, sobretudo, buscou apreender a atmosfera histórica em relação a esse uso, no contexto santareno.

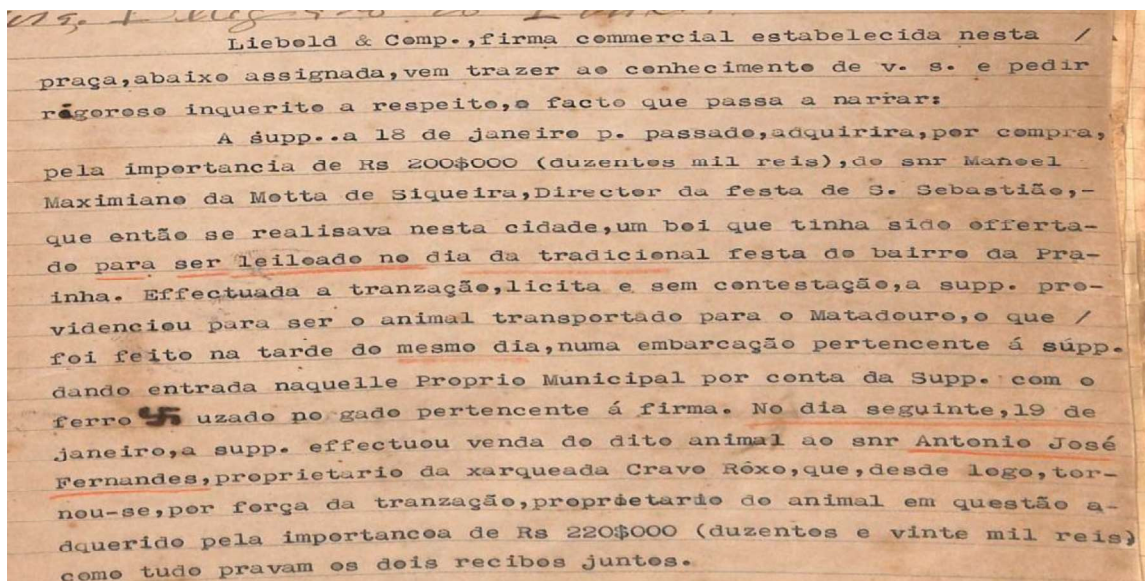
Palavras-chave: Liebold & Cia; nazismo; suástica; Getúlio Vargas; Santarém.

LIEBOLD & CIA: AS MARCAS DA SUÁTICA NA AMAZÔNIA	p. 8
Capítulo 1. Introdução: um gado marcado com a suástica	p. 8
Capítulo 2. Os proprietários da Liebold & Cia: as transformações da firma e do Brasil ao longo dos anos	p. 15
Capítulo 3. O nacionalismo Alemão no Brasil	p. 26
Considerações 4. Os rastros da suástica na Amazônia.....	p. 35
FONTES	p. 39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	p. 39

LIEBOLD & CIA: OS RASTROS DA SUÁSTICA NA AMAZÔNIA

1. Introdução: um gado marcado a ferro com a suástica

Em 1938, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, e há menos de um ano do golpe do Estado Novo dado pelo presidente Getúlio Vargas, uma empresa de nome estrangeiro, a Liebold & Cia, ingressou na Justiça contra Francisco Machado Freire, brasileiro, viúvo de cinquenta e três anos, réu no processo de autos criminais de furto de gado no Fórum Criminal da Comarca de Santarém – Pará, TJPA. A firma Liebold & Cia acusou Francisco Machado Freire de mandar seu empregado Valeriano da Silva Motta, abater um boi arará, que se encontrava no Matadouro Municipal desta cidade, marcado a ferro com a imagem de uma suástica.



Fonte: Autos criminais de furto de gado, Fórum Criminal; CDHBA; TJPA, Santarém, 1938, p. 6. Ver abaixo a transcrição completa do trecho¹.

¹ Transcrição do documento: “Liebold e Comp, firma comercial estabelecida nesta praça abaixo assignada, vem trazer ao conhecimento de V.S. e pedir rigoroso inquérito a respeito, e facto que passa a narra:

A supp..a 18 janeiro p. passado, adquirira. Por compra pela importância de R\$ 200\$000 (duzentos mil reis), do snr Manoel Maximiano da Motta Siqueira, Director da festa de S. Sebastião que então se realisava nesta cidade, um boi que tinha sido offertado para ser leiloadado no dia da tradicional festa do bairro da Prainha. Effectuada a transação, licita e sem contestação, a supp. providenciou que o animal transportado para o Matadouro, e que feito na tarde do mesmo dia, numa embarcação pertencente à supp. dando entrada naquella Propio Municipal por cenra da sopp. com o ferro, uzado no gado pertencente à firma. No dia seguinte, 19 de janeiro, a supp effectuou venda do dito animal ao snr Antonio José Fernandes, proprietário da xarqueada Cravo Roxo, que, desde logo, tornou-se por força da transação, proprietário do animal em questão adquirido peça importância de R\$ 220\$000 (duzentos e vinte mil reis

Segundo o inquérito policial, documento que compõe o acervo do Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas da Ufopa, o gado pertencia à empresa requerente:

Tendo a firma Comercial dessa praça Liebold & Companhia requerido a abertura de rigoroso inquérito policial para apurar a responsabilidade da morte de seu boi que a referida firma, adquirida [adquirido] por compra de Manoel da Motta Siqueira, rez essa desaparecida no matadouro publico, fato ocorrido no dia 19 de janeiro do ano corrente. (Autos criminais de furto de gado, Francisco Machado Freire; Fórum Criminal; CDHBA, TJPA, Santarém, 1938, p. 5).

Pedro da Silva Motta, sócio e responsável pela Liebold & Companhia, afirmou ter adquirido no dia 18 de janeiro de 1938 o referido gado pela importância de 200\$00 (duzentos mil reis) de Manoel Maximiano da Motta, diretor da festa de São Sebastião, que então acontecia na cidade. Diz a fonte que, o boi, tinha sido ofertado para o leilão da tradicional festa do bairro da Prainha, após a aquisição, foi transportado para o Matadouro Municipal na embarcação pertencente à firma. Ao chegar no matadouro, segundo o depoente Pedro Motta, o animal teria sido marcado com a ferro com a marca da suástica, utilizada justamente para atestar o pertencimento do animal à referida firma².

Seguindo a fonte, no dia 19 de janeiro, isto é, um dia depois da compra, o animal já devidamente marcado com a suástica, portanto, pertencendo à aludida firma, Liebold & Cia, foi novamente negociado, desta vez com Antonio José Fernandes, proprietário da Xarqueada Cravo Roxo. O animal foi então comprado pelo valor de 220\$000 (duzentos e vinte mil reis). Ao término da transação, porém, os negociantes teriam sido surpreendidos com notícia de que o boi tinha sido abatido no Matadouro Municipal pelo magarefere de Francisco Machado Freire³.

À véspera da tradicional festividade de São Sebastião, o boi, que é objeto no processo, havia sido doado por Maximiano Miranda Rebello, casado, de vinte e seis anos, criador, sabendo ler e escrever, morador da Costa do Amazonas e devoto de São Sebastião. Ele encaminhou o animal para Manoel Maximiano Motta Siqueira,

como tudo pravam os dois recibos juntos” (Autos criminais de furto de gado, Francisco Machado Freire; Fórum Criminal; CDHBA, TJPA, Santarém, 1938, p. 6).

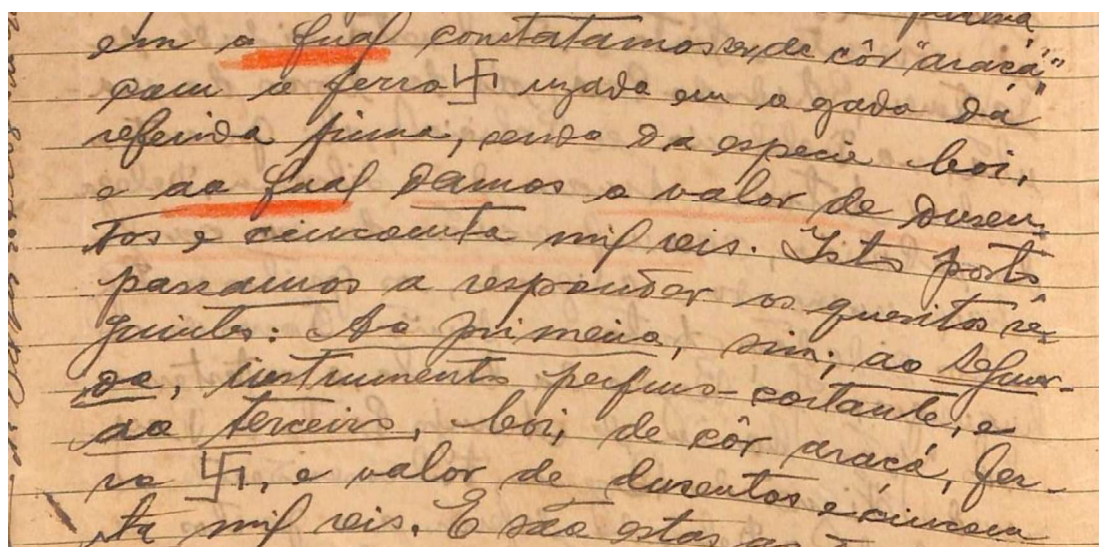
² Ver: Autos criminais de furto de gado. Francisco Machado Freire; Fórum Criminal; CDHBA, TJPA, 1938, p. 6.

³ Ver: Autos criminais de furto de gado, Francisco Machado Freire; Fórum Criminal; CDHBA, TJPA, Santarém, 1938, p. 6

diretor da festa, pois:

[...] Tendo feito uma promessa a São Sebastião, prometeu offerta-lhe um boi, o que fez por ocasião da festividade do mesmo santo no mês de janeiro do corrente ano, que no dia 18 do mesmo mês já referido o depoente entregou essa rez à Manoel Maximiano da Motta Siqueira, que desse preferencia na venda do boi a Pedro da Silva Motta, sócio da firma Liebold & Companhia que finalmente o depoente assistiu Manoel Maximiano da Motta Siqueira, entregar o boi a Pedro Motta e receber do mesmo a importância de duzentos e mil reis (200\$000) em dinheiro, tendo sido referido boi recolhido ao matadouro publico, de ordem de Pedro Motta. (Autos criminais de furto de gado, Francisco Machado Freire; Fórum Criminal; CDHBA, TJPA, Santarém, 1938 p. 11).

Para o processo foram recolhidos diversos depoimentos relacionados à negociação do gado doado por Manoel, que apresentam versões divergentes sobre a compra do animal e contradições em torno do negócio firmado entre Maximiano Miranda Rebello, Manoel Maximiano Motta Siqueira, Pedro Motta, e o réu Francisco Machado Freire. Apesar das contradições que envolvem o caso, o auto de corpo de delito realizado na rez pertencente à empresa Liebold & Cia apresenta a marca do ferro com a qual o boi havia sido marcado, deixando claro tratar-se de uma suástica. Cravada no couro do animal, a marca é capaz de atestar o pertencimento à firma Liebold & Cia e intrigar o observador: por quê uma suástica?



em a qual constatamos de cor "araça"
 para o ferro! F. uzado em o gado da
 referida firma, sendo da especie boi,
 a qual damos o valor de duzentos
 e cinquenta mil reis. Isto posto
 para nos a responder as seguintes
 perguntas: De primeira, sim; ao se furar
 do terceiro, boi, de cor araca, fer-
 ro F, e valor de duzentos e cinquenta
 mil reis. E são estas as

Fonte: Autos criminais de furto de gado, Fórum Criminal; CDHBA; TJPA, Santarém, 1938, p. 7.
 Transcrição completa do trecho⁴.

⁴ "Procedemos exame de corpo de delicto em um couro de um boi pertencente a firma Commercial desta praça Liebold e Companhia em a qual constatamos de cor "araça" com o com o ferro uzado no gado da referida firma, sendo da espécie boi ao qual damos a valor de duzentos e cinquenta mil reis.

Após Maximiano Rebello, compareceu para prestar depoimento Manoel Maximiano da Motta Siqueira, brasileiro, casado, então com cinquenta e dois anos, funcionário público, sabendo ler e escrever, residente de Santarém e diretor da festa de São Sebastião. Manoel Siqueira foi quem recebeu o boi de Maximiano Rebello e deu início à negociação do boi com Pedro Motta, representante da firma Liebold & Cia. Disse Manoel Siqueira:

[...] Que no dia dezoito de janeiro do corrente ano, recebeu um boi de Maximiano Miranda Rebello que ofertou a rez para a festividade de São Sebastião que realizou no dia 20 de janeiro do mesmo mez, que a rez era de cor araçá claro, foi vendida a Pedro da Silva Motta, sócio da firma nesta praça Liebold e Companhia, pela importância de duzentos mil reis (200\$000) em moeda corrente do paiz, [...] após ter negociado a rez, recebeu de Pedro Motta a importância referida, da qual passou respectivo recibo, que também passou o recibo a Maximiano Miranda Rebello [...] foi a rez enviada para o matadouro Municipal, no mesmo dia dezoito de janeiro, de ordem de Pedro Motta (Autos criminais de furto de gado, Francisco Machado Freire; Fórum Criminal; CDHBA, TJPA, Santarém, 1938 p. 13).

Houve, antes disso, outros candidatos à compra do animal. Foi o caso de Raymundo Lemos Cavalcanti, brasileiro, solteiro, de vinte e seis anos, padeiro, que disse em depoimento ter iniciado uma negociação pela compra do boi no momento em que o animal estava na beira da praia. Segundo Raymundo Cavalcanti, Manoel Siqueira foi perguntado se aquele boi araçá estaria à venda. Manoel Siqueira não aceitou o preço proposto, mais baixo que o desejado segundo o próprio depoente, e, por isso, deu início à negociação com Pedro Motta:

No dia dezoito de janeiro do corrente ano, às quatro horas da tarde, mais ou menos, achava-se o depoente lavando umas garrafas na beira da praia, nos fundos da casa comercial da firma desta praça Alfredo Pinto de Carvalho, de onde é empregado, que no local onde-se achava-se, havia uma canoa, encontrada cuja a proa estava amarrada um boi araçá que se achava em terra, que momentos após chegou ali Maximiano Miranda Rebello tripulante da canoa, que o depoente perguntou a Manoel Siqueira se queria vender o boi pela importância de cento e cinquenta mil reis, respondendo-lhe este que só o faria por cento e setenta mil réis [...] depoente disse a Manoel Siqueira que ficasse com o boi, o que fez, tendo o mesmo Manoel Siqueira se retirado, que o depoente mandou chamar Francisco Machado Freire, que compareceu ao local e providenciou que a rez fosse transportada para o curro sahindo em seguida, tendo antes emprestado a canoa de Pedro Motta para o transporte da rez, ordenava a um empregado seu de nome Gabriel de Tal que puzesse no fogo um ferro de gado para ferrar a

dita rez, o que foi feito; que depois de o boi ferrado, foi o mesmo embalsado em uma canoa e transportado para o Curro (Autos criminais de furto de gado, Francisco Machado Freire; Fórum Criminal; CDHBA, TJPB, Santarém, 1938, p. 14).

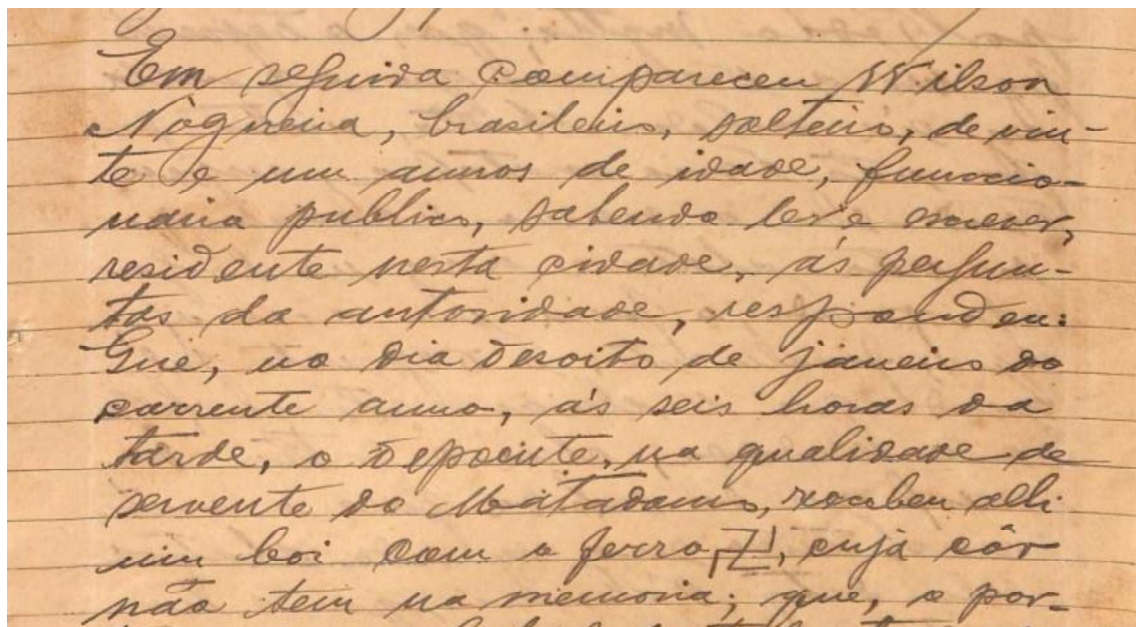
O depoimento apresentado por Raymundo Lemos Cavalcanti, apresenta uma versão sobre o processo de venda do boi logo na chegada do animal à praia de Santarém. O decorrer da negociação apresenta algumas lacunas, como é o caso da chegada de Francisco Machado Freire após o encerramento do negócio entre Manoel Siqueira e Raymundo Cavalcante, que segundo o depoente providenciou o transporte da rez na canoa emprestada por Pedro Motta. Ainda sobre o envolvimento de Francisco Machado Freire na negociação do boi, Raymundo Cavalcante afirma ter tido uma discussão com o réu, após o animal ter sido adquirido pela firma Liebold & Cia:

No dia seguinte pela manhã, Francisco Machado Freire apareceu na casa commercial onde o depoente trabalha, dizendo este: ‘Oh, seu Raymundo de duas caras, você fez negócio com homem e ele vendeu a outro?’ que o depoente fez a Francisco Machado que de fato, não ficava com o boi porque não tinha dinheiro para paga-lo que a tarde desse mesmo dia, Machado Freire mandou um de seus empregados um seu empregado saber com o depoente em que ficará o negócio do boi, respondendo o depoente, ao portador do machado que o negócio havia ficado em nada. pois, não tinha pego a rez, dizendo-lhe que não tinha pago essa rez, dizendo-lhe o portador do machado, que seu patrão ia mandar matar o boi (Autos criminais de furto de gado, Francisco Machado Freire; Fórum Criminal; CDHBA, TJPB, Santarém, 1938, p. 14).

Francisco Machado Freire não teria conseguido adquirir o boi conforme desejava, por isso, teria ficado insatisfeito com Raymundo Lemos Cavalcanti, que, provavelmente, teria trabalhado como intermediário na negociação. Ressalta-se que, apesar de a negociação não ter sido concluída, o empregado de Francisco Freire, na tarde do dia 19 de janeiro, afirmou que seu patrão mataria o boi.

Na tarde de 19 de janeiro, estava no matadouro Wilson Nogueira, brasileiro, solteiro, de vinte e um anos de idade, funcionário publico, servente do matadouro, quando chegou o magarefe Valeriano Motta da Silva, empregado de Francisco Machado Freire, “na hora do costume”, e matou uma rez de propriedade do seu patrão e mais ou menos às 4 horas da tarde, o magarefe voltou ao matadouro para matar mais uma rez, pegando justamente o boi mandado por Pedro Motta. Segundo Wilson Nogueira, o abatedor de gado ainda teria mostrado a Valeriano Motta da Silva, como que para certificar, a marca de pertencimento daquela rez à firma Liebold & Cia, a suástica – que,

novamente, é registrada no documento. A rez foi então abatida e transportada para o Mercado Municipal da cidade de Santarém (Autos criminais de furto de gado, Francisco Machado Freire; Fórum Criminal; CDHBA, TJPA, Santarém, 1938, p. 14).



Fonte: Autos criminais de furto de gado, Francisco Machado Freire; Fórum Criminal; CDHBA, TJPA, Santarém, 1938, p. 14. Transcrição completa do trecho ⁵.

Não sendo nosso interesse, aqui, encontrar o culpado pelo furto e pelo abatimento do animal, uma vez que o processo segue levantando hipóteses a partir de novos depoimentos, apresentamos o corpo de delito do animal e o depoimento de alguns dos agentes envolvidos no caso, com o objetivo de mostrar que a marca da suástica feita a ferro no boi é um elemento dado como certo no processo, uma marca distintiva. Pedro da Silva Motta — sócio da firma Liebold & Cia — comprou o gado de Manoel Maximiano da Motta Siqueira, e ordenou seu empregado a marcar o gado adquirido com a suástica, marca que parece, portanto, ter sido utilizada para marcar o gado pertencente à referida firma. A marca, nesse sentido, aparece como evidência da posse o do boi pela Liebold & Cia no desenvolvimento do processo.

No dia seguinte ao furto do Gado pertencente a Liebold & Cia, a firma foi vítima de outro crime. Gaudino Amadeu de Deus, brasileiro, solteiro de dezenove anos,

⁵ "Em seguida compareceu Wilson Nogueira, brasileiro, solteiro, de vinte e um anos de idade, funcionário público, sabendo ler e escrever, residente nesta cidade, às perguntas da autoridade, respondeu: que, no dia dezoito de janeiro do corrente anno, às seis horas da tarde, o depoente, na qualidade de servente do Matadouro, recebeu ali um boi com ferro, côr não tem em memória (...)"

sapateiro, foi acusado de furtar várias mercadorias no valor de cento e vinte cruzeiros (Cr\$ 120,00) e mais seis cruzeiros (Cr\$6,00) da firma Carneiro e Irmãos, estabelecida na rua João Pessoa. Além da Carneiro & Irmãos, Gaudino teria também furtado o prédio da Liebold “[...] dia vinte de janeiro do mesmo ano, o denunciado penetrou também por um buraco feito no telhado na casa comercial da Firma Liebold & Cia, nesta cidade, onde subtraiu para si a quantia de setenta e pouco cruzeiros (Cr\$ 70, 00)” (Autos crimes de furto; Gaudino Amadeu de Deus; Fórum Criminal; CDHBA, TJPA, Santarém, 1938, p. 2).

Em depoimento à polícia, o acusado confessou ter praticado o furto Firma Carneiro & Irmãos. Todavia, em sua defesa, alegou que “foi tentado por espíritos do mau” (Autos crimes de furto; Gaudino Amadeu de Deus; Fórum Criminal; CDHBA, TJPA, Santarém, 1938, p. 2). Sobre seus crimes, Gaudino confessou que:

[...] Além do roubo praticado na casa commercial de Carneiro de Irmãos [...] agiu também nas casas comerciais das firmas Marques e Pinto & Irmãos, Imbiriba & Irmãos e Liebold & Cia desta praça, roubos praticados no mês de janeiro do corrente ano, sendo que da firma Pinto, Irmãos Imbiriba retirou a importância de trinta e oito mil reis e da firma Liebold Companhia, setenta e poucos mil réis (Autos crimes de furto; Gaudino Amadeu de Deus; Fórum Criminal; CDHBA, TJPA, Santarém, 1938, p. 8v-9).

Não temos condições documentais de relacionar o crime de roubo de gado cometido por Francisco Machado Freire dia 19 de janeiro, e o furto de “setenta e pouco mil réis” cometidos Gaudino Amadeu de Deus, apesar do curto espaço de tempo entre os delitos. Apesar não ser possível enxergar relação entre os dois crimes, a menção ao furto cometido por Gaudino Amadeu de Deus oferece dados importantes sobre a Liebold & Cia. Essas informações nos servirão como ferramenta para compreender o funcionamento e o local onde a firma Liebold operava suas atividades comerciais.

[...] Pedro da Silva Motta, brasileiro casado de trinta e sete annos, comerciante, sabendo ler e escrever e sete, residente nesta cidade, às perguntas da autoridade respondeu: Que no dia 21 de janeiro do corrente ano o depoente dirigiu se à casa commercial da firma desta praça Liebold & Companhia, à rua Rua João Pessoa número dezesseis, da qual é sócio e ao abrir a porta principal do referido estabelecimento, notou um arrombamento no telhado do prédio; que ao penetrar no escritório, notou uma gaveta do balcão arrombada, e a falta da importância de setenta e oitenta mil reis, [...] notou que a porta que dá para os fundos achava-se aberta; que finalmente chegou a conclusão que o larápio havia penetrado no estabelecimento no

telhado e saído pela porta da frente (Autos crimes de furto; Gaudino Amadeu de Deus; Fórum Criminal; CDHBA, TJPA, Santarém, 1938, p. 20 v.)

Em linhas gerais, destacamos as características físicas da firma Liebold & Cia. A empresa ficava localizada em um prédio na Rua João Pessoa número dezesseis, e tinha em seu local de funcionamento, um escritório onde trabalhava o sócio Pedro da Silva Liebold. O sócio e os funcionários chegavam por volta das 7 horas da manhã. Sobre o quadro de funcionários da loja, destacamos o depoimento de João Beeck:

[...] João Beeck, alemão, de vinte e seis anos, auxiliar de commercio residente nesta cidade, às perguntas respondeu que é empregado da firma commercial desta praça Liebold e ao chegar no estabelecimento onde trabalha, às sete horas da manhã no mez de janeiro da corrente anno, ao abrir o armazém commercial da firma desta praça Liebold & Cia juntamente com seu patrão Pedro da Silva Motta, sócio daquela firma [...] (Autos crimes de furto; Gaudino Amadeu de Deus; Fórum Criminal; CDHBA, TJPA, Santarém, 1938, p. 19-19v).

Através do cruzamento dos auto crime de furto de Francisco Machado Freire (Fórum Criminal; CDHBA; TJPA; Santarém, 1938) e o auto crime de furto de Gaudino Amadeu de Deus (Fórum Criminal; CDHBA, TJPA, Santarém, 1938), chegamos à conclusão acerca da presença de dois funcionários da Liebold e Cia. O quadro de funcionários da referida firma era formado pelo brasileiro “Gabriel de tal”, responsável por marcar a suástica no gado de propriedade da Firma Liebold & Cia, furtado do curro municipal da cidade de Santarém no dia 19 de janeiro de 1938, e o alemão João Beeck, que acompanhou os efeitos do furto cometido por Gaudino Amadeu, no prédio da firma, localizado na Rua João Pessoa, número 17.

2. Os proprietários da Liebold & Cia e as transformações da firma e do Brasil ao longo dos anos

Se a empresa comercial utilizava como marca a suástica, seria possível relacioná-la com seus membros proprietários, a Família Liebold? Nesse sentido, observaremos o perfil dos sócios proprietários da Liebold & Cia de 1938 até 1957, que é o período correspondente aos documentos que tivemos acesso.

Em 1938 — ano que consta no primeiro documento da empresa que tivemos

acesso —, a Liebold & Cia era administrada por uma dupla de comerciantes. Eram eles: o brasileiro Pedro da Silva Motta e o alemão Arthur Johannes Liebold, que também aparece na documentação da época como “João Liebold”, num provável abreviamento de seu segundo pré-nome:

Pedro da Silva Motta, brasileiro, casado de trinta e sete anos comerciante, sabendo ler e escrever [...] nascido dezanove de outubro e mil e novecentos [...] filho de Tomaz Baldino Mota e de Tereza de Jesus da Silva Mota. (Autos criminais de furto de gado, Francisco Machado Freire; Fórum Criminal; CDHBA, TJPA, Santarém, 1938, p. 58).

Na documentação de roubo de gado marcado com a suástica, Arthur Johannes Liebold, não aparece. Apenas Pedro Motta respondeu juricamente como representante da Liebold & Cia perante os autos nesse processo. Em outro documento, porém, também em posse do Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas da Ufopa, foi possível encontrar o nome de “João Liebold”, associado à Liebold & Cia, respondendo pela empresa em um auto cível de execução de dívida no mesmo ano, isto é, 1938. A partir do nome de João Liebold, buscamos por fontes nos registros cíveis pertencentes aos cartórios da cidade. Dessa forma, tivemos acesso ao registro de nascimento de João Carlos Vieira Liebold, filho de Arthur Johannes Liebold e Palmira Viera Liebold, nascido em 1945.

Arthur Johannes Liebold, alemão, comerciante, casado, residente nesta cidade [...] vinha dar o registro de nascimento de seu filho João Carlos Liebold Vieira Liebold do sexo masculino, cor branca, ocorrido no dia quinze de dezembro corrente as quatro horas nesta cidade, a avenida Rui Barbosa número 9, casa de sua residência sendo filho de Arthur Johannes Liebold natural de Wilkau, Saxonia, Alemanha [...] são avós paternos Arthur Liebold e Maria Liebold, alemães (Certidão de Nascimento de João Carlos Viera Liebold, Cartório do 2º Ofício, Santarém, 1945).

E, em decorrência dos impactos gerados pela guerra nos anos que se seguem, diversas empresas tiveram como consequência sua nacionalização ou, em último caso, até mesmo a liquidação de suas atividades comerciais: “[...] o Banco Allemão Transatlântico e o Banco Germânico da América do Sul foram liquidados, muitas empresas foram nacionalizadas e valiosos edifícios no Rio de Janeiro foram confiscados” (KUPNER; BOLLE, 2013, p. 169).

Através do anúncio de jornal a seguir, observaremos a propaganda da empresa Liebold & Cia, agora Augusto Vieira Liebold, que nos ajudará a observar o processo de

reconstrução da Liebold após o ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial e a forma como ela, que antes usara a suástica para marcar seu gado, responde às mudanças políticas do país

Visjante Farah, Fausto Santos, Idemar Teixeira, Joaquim Leitão, João Holanda Dantas, Durval Vasconcelos, Isaias Dias da Silva, Elvira Coiares, Alexandrina Correa, João Araujo, Salustiano Viterbino da Silva, Maria Sobral Garrido, Raimundo Silva, Dario Figueiredo, Manoel Duarte, Francisco Néri, Fernando Rua Geldino Veloso 170 ou 176, Edmundo Burghard, Raimundo Rodrigues Ferreira, Bena Rebelo, Elvira Campos, Neci Freire, Flavio Nonato Fernandes, Hamilton Duarte, Odete Carvalho, Oscar Pereira Araujo e Domingos Pinto.

Alberico Nova
ADVOGADO
Residência: Rua Geldino Veloso, 541.

ter o Perseverança pelo score de 1x0, contagem que bem demonstra o valor dos dois esquadristas.

Ficou estabelecido entre os clubes preliantes de que os mesmos não lançariam não de elementos filiados à outras entidades esportivas nos jogos a serem realizados. Se por ventura qualquer dos contadores assim fizesse, teria os seus pontos perdidos. A diretoria do America assim estribada lançou o seu protesto, pedindo a anulação dos pontos do Perseverança, da Costa do Amazonas, por ter este ultimo incorrido nessa falta, pois, segundo alega o

Informações colhidas na Diretoria do glorioso S. Francisco Futebol Clube

Foram licenciados, afim de viajarem para a capital do Estado os atletas José Maria Santos e Eudes Dantas.

Foi excluído, por falta de obediência às determinações do Club, o atleta Sergio Batista.

Augusto Vieira & Cia.
EXPORTADORES
Fabrica de Bebidas e Vinagre
INDIANA
Trv. 15 de Novembro n. 11 — CAIXA POSTAL, 29
End. Telegr.: VIECO — Santarém—Pará—Brasil

Jornal Tapajônico; Instituto Cultural Boenerges Sena, Santarém, 1948, p. 4.

No anuncio de Jornal Tapajônico de 1948, encontramos a propaganda da empresa “Augusto Vieira & Cia EXPORTADORES”, que também trabalhava como “Fabrica de Bebidas e Vinagre INDIANA”, localizada “na Travessa 15 de Novembro n. 11 [...] Santarém — Pará — Brasil” (Jornal Tapajônico; Instituto Boenerges Sena, Santarém, 1948, p. 4). Aparentemente, não é possível perceber relações com a Firma Liebold & Cia, todavia o processo de reconstrução se faz ver por alguns dos dados fornecidos por uma ampla documentação.

Entre 1944 até 1951, Augusto Dias Vieira era quem tinha seu nome vinculado à empresa, tal como observamos no Jornal Tapajônico. Nesse processo, ressaltamos a existência de contradições entre a propaganda da empresa Augusto Dias Vieira no Jornal Tapajônico e a documentação oficial da firma. A empresa teve como nome, entre 1944 e 1951, “Augusto Vieira & Cia”, entretanto, ao analisar o Instrumento Particular de Alteração de Contrato Social no Inventário de Karl Heinch Liebold, observamos que justamente o nome de Augusto Dias Vieira não aparece entre os sócios proprietário da firma. Durante esses anos, na verdade, a empresa tinha como sócias proprietárias Palmira Vieira Liebold e Wilhelmine Vomf. Palmira Liebold era brasileira e viúva de Arthur Johannes Liebold, sendo por isso considerada sócia solidária, enquanto

Wilhelmine Whomf era natural da Alemanha, mas naturalizada brasileira, viúva e sócia comanditaria da firma⁶. Vê-se, assim, que a relação entre a empresa e a Alemanha é, de fato, uma de suas características do quadro de funcionários e do quadro de proprietários. Pelo Instrumento Particular de Alteração de Contrato Social de J. Liebold & Cia em Liquidação (conforme o Inventário de Karl Heinch Liebold; Fórum Cível, TJPA; CDHBA; Santarém, 1938, p. 6), em 30 de janeiro de 1951, observamos que o contrato da J. Liebold & Cia foi alterado, sendo registrada na da Junta Comercial do Governo do Pará a mudança do nome de J. Liebold, nome pelo qual a empresa havia respondido até o ano de 1951, quando torna-se novamente Liebold & Cia. Dá-se também a saída de Wilhelmine Whomf da condição de sócia, e o ingresso de alemão Karl Heinch Liebold e de Augusto Dias Vieira, na condição de novos sócios da firma.

As mudanças foram firmadas nas seguintes condições:

PRIMEIRA: - PALMIRA VIEIRA LIEBOLD, sócia solidaria, WILHELMINE VOMHOF sócia comanditaria resolvem alterar, pelo 'presente instrumento a razão social da firma J. Liebold & Companhia, em LIQUIDAÇÃO, para Liebold & Companhia firma de solidariedade e limitada, assumindo da firma sucessora o ativo e passivo da firma sucedida. SEGUNDA: - KARL HEINRICH LIEBOLD, e AUGUSTO DIAS VIEIRA são admitidos na nova firma pela sócia, digo, pelas sócias PALMIRA VIEIRA LIEBOLD e WILHELMINE VOMHOF como sócios solidários. TERCEIRA: - A sócia WILHELMINE VOMHOF retirasse da sociedade embolsando seus haveres, no total de duzentos e setenta e oito mil setecentos e oitenta cruzeiros e cinquenta centavos. (C\$ 278, 880,50) sendo Cem Mil cruzeiros (C\$ 100,000,00) de capital e cento e setenta e oito mil oitocentos e oitenta cruzeiros e cinquenta centavos (C\$ 178, 880, 50) de lucros. (...) OITAVA: - A sede da firma será na cidade de Santarém, Estado do Pará, sito, rua Barão de Santarém, número treze (13). NONA: Caberá e uso da firma a todos os sócios indistintamente, sendo aos sócios KARL HEINRICH LIEBOLD e AUGUSTO DIAS VIEIRA cabem a administração geral, interna e externa, com exceto de caixa que é privativo ao sócio KARL HEINRICH LIEBOLD. No seu impedimento o sócio AUGUSTO DIAS VIEIRA responderá pelo caixa. Instrumento Particular de Alteração de Contrato Social de J. Liebold & Cia em Liquidação. (Inventário de Karl Heinch Liebold; Fórum Cível, TJPA; CDHBA; Santarém, 1957, p. 6)

Na página 4 do jornal de Santarém Ilustrado, observamos os efeitos de alteração do nome da empresa na mídia local. Percebe-se que de Augusto Vieira & Cia, a empresa muda para J. Liebold⁷. Também podemos observar que empresa permanece

⁶ O Instrumento Particular de Alteração de Contrato Social de J. Liebold & Cia em Liquidação (conforme o Inventário de Karl Heinch Liebold; Fórum Cível, TJPA; CDHBA; Santarém, 1957, p. 6)

⁷ O nome J. Liebold é possivelmente uma referência à João Liebold/Artur Johannes Liebold, sócio

com a localização na Trav. 15 de Novembro número 11, e além das atividades comerciais de Exportação, e fabricação de bebidas e vinagre Indiana, a J. Liebold & Cia em 1953 passou a operar importações e produção de Látex em Usina, ou seja, nota-se a transformação não somente no nome, mas também na lógica de funcionamento da Liebold & Cia.



Jornal de Santarém Ilustrado; Instituto Cultural Boenerges Sena, Santarém p. 59, 1953

Karl Heinch Liebold administrou as atividades comerciais da Liebold & Cia de 1951 até 1957, ano de seu falecimento, tendo sido casado com a também alemã Ilse Charlotte Liebold.⁸ Sobre ele, constam em seu registro de óbito as seguintes informações, que confirmam sua ascendência:

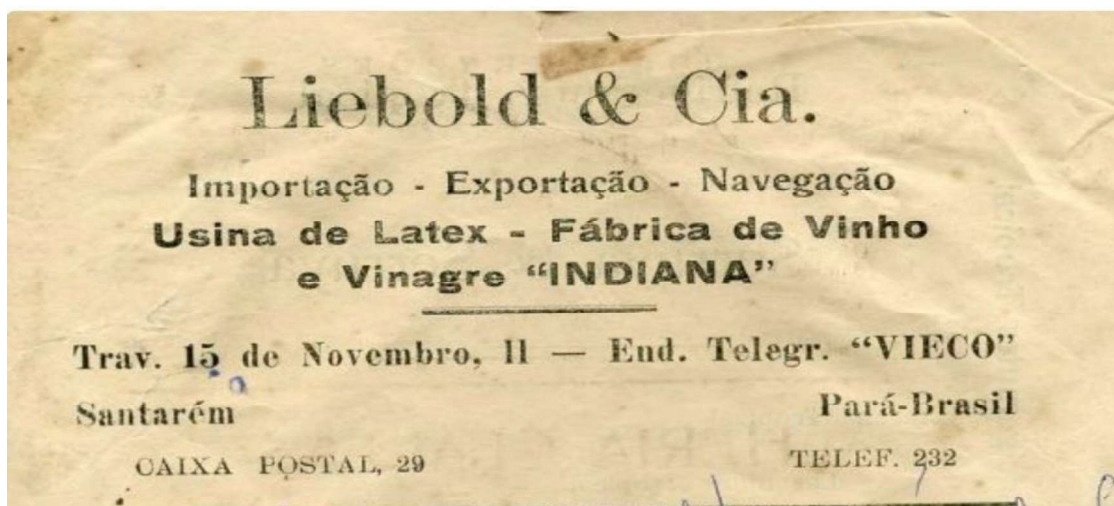
Karl Heinrich Liebold do sexo masculino, de cor branca, estado civil casado, profissão comerciante, natural de Wilkeu – Hasslau – Alemanha, de cinquenta anos de idade, falecido em sete (7) de julho de mil novecentos e cinquenta e sete (1957), às seis (6) horas em nesta cidade de Santarém, filho de Arthur Liebold e Maria Liebold, já falecidos sendo causa da morte Insuficiência Coronária conforme declaração de óbito firmada por o médico, Dr. Aloísio (Certidão de Óbito de Karl Heinch Liebold; in: Inventário de Karl Heinch Liebold;

proprietário da firma em 1938. Não sabemos o motivo pelo qual Arthur Johannes Liebold foi substituído pela sua Palmira Liebold no quadro societário da firma Augusto Vieira Liebold a partir de 1944.

⁸ Segundo o Inventário de Karl Heinch Liebold (Forum Cível, TJPA; CDHBA, Santarém, 1938, p. 23) Karl Heinch Liebold foi casado com Ilse Charlotte Liebold e viveu na casa em forma de chalé, situada na face ocidental da praça Barão de Santarém, sob o número 156, desta cidade, propriedade de 15 metros de frente por 63 de fundo, tendo como vizinhos, “ao poente dos fundos” Vinita Santos Diniz, ao Norte ou lado esquerdo com a propriedade de Abraham Isaac Serruya e ao Sul ou lado direito com a propriedade de Charles Henry Tiler Townsend Jr, antes de Carlos Antonio Fernandez. O imóvel foi adquirido em negociação junto ao Dr. Aluísio da Silva Leal e sua mulher D. Maria de Nazaré Lins Leal em 1956, pela quantia de Cr\$ 65.000,00. ACRESCENTAR

Fórum Cível, TJPA; CDHBA; Santarém, 1957, p. 21).

Após o falecimento de Karl Heinch Liebold, foi realizado em 1 de abril de 1958 uma avaliação com o balanço da firma comercial Liebold & Cia, e o perito-contador Paulino Carvalho Bastos constatou haveres líquidos no valor de trezentos e quarenta e cinco mil oitocentos e sessenta e cinco cruzeiros e noventa Centavos (Cr\$ 335.865,90)⁹.



Catálogo telefônico da companhia telefônica de Santarém; Instituto Cultural Boanerges Sena, p. 60, Santarém, 1956. p. 60.

Através do catálogo telefônico da companhia telefônica de Santarém (Instituto Boanerges Sena, Santarém, p. 60), observamos semelhanças e rupturas com as características da empresa em 1956. Em 1938, o quadro dos sócios era formado por Pedro Motta (brasileiro) e Artur Johannes Liebold (alemão) e em 1956, novamente Augusto Dias Vieira (brasileiro) e Karl Heinch Liebold (alemão), ou seja, mudam-se os personagens. O quadro da empresa, porém, continua sob a administração de um alemão e um brasileiro.

Apesar de Augusto Dias Vieira ter experiência com a administração da firma, percebe-se que Karl Heinch Liebold é quem assume o comando das atividades comerciais logo de seu ingresso como sócio. Também vale ressaltar que a empresa, antes localizada no prédio à rua João Pessoa, número 17, passou a ter sua sede foi em 1944 na Trav. 15 de novembro, número 11. adaptando seu nome conforme as contingências, até finalmente se transformar na firma de comércio e indústria “Liebold & Cia: Importação – Exportação – Navegação – Usina de Látex – Fabrica vinho e

vinagre “INDIANA” (Catálogo telefônico da companhia telefônica de Santarém; Instituto Cultural Boanerges Sena, p. 60, Santarém, 1956. p. 60).

Ao que tudo indica, a Liebold & Cia era uma empresa familiar, e que pode ter utilizado o nome brasileiro “Augusto Vieira & Cia” de 5 de setembro de 1944 a 26 de janeiro de 1946, para evitar ou mesmo superar alguma perseguição política sofrida por alemães residentes no Brasil, de 1942 até 1945. Destaca-se, a partir dessa hipótese, uma transformação da caracterização da empresa. Da utilização da suástica para marcar gado de sua posse, em 1938, a uma eventual necessidade de Palmira Vieira Liebold e Artur Johannes Liebold – que aparece na documentação somente em 1945 para registrar seu filho João Carlos Liebold.

Pela ausência de material documental, não temos condições de afirmar o período exato em que a Liebold & Cia iniciou suas atividades comerciais, todavia é provável que a empresa tenha emergido em condições favorecidas pelos acordos comerciais estabelecidos entre o Brasil e Alemanha, de 1934 a 1938. Com efeito, as primeiras fontes que utilizamos são datadas do início de 1938, ou seja, o período de transição entre os últimos efeitos do sólido acordo comercial que beneficiou empresas de origem alemã no Brasil e as primeiras políticas de repressão contra estrangeiros aqui estabelecidos.

No artigo “*A Participação Alemã na Economia Brasileira: da Belle Époque à Era Vargas*” publicado no livro *Cinco Séculos de Relações Brasileiras e Alemãs*, Sílvia Cistina Lambert Siriani, 2013 explica o contexto de ascensão das relações comerciais entre o Brasil e Alemanha desde o final do séc. XIX até o início do Governo de Getúlio Vargas (1930). A autora aponta que existiam vínculos econômicos e culturais desde o movimento imigratório iniciado nos estados do Sul do país, e no planalto paulista a partir de 1820.

Siriani (2013) observa que esses primeiros imigrantes tiveram dificuldades no processo de adaptação. Os problemas enfrentados pelos primeiros imigrantes foram causados pelo “abandono das autoridades provinciais” (SIRIANI, 2013, p. 149). “Sobreviventes”, os alemães conseguiram desenvolver estratégias que possibilitaram a ascensão de produções agrícolas, manufatureiras e o comerciais, e assim, “[...] o século XIX testemunhara a emergência de uma série de empreendimentos alavancados por imigrantes de origem alemã, que frutificaram e estreitaram ainda mais os laços comerciais entre as duas nações no período conhecido como Belle Époque” (SIRIANI,

p. 149). Observando as condições enfrentadas pelos primeiros alemães e a ascensão dos negócios desses sujeitos, a autora completa:

Se as condições de vida apresentadas aos primeiros alemães que aqui chegaram durante o período imperial, não foram favoráveis, dada a própria posição de coadjuvante ocupada pelo Brasil no incipiente sistema capitalista mundial, aquela vivenciada por seus descendentes e por imigrantes oriundos de ondas migratórias menores – já no último quartel do século, e mesmo após a proclamação da República – foram bem diferentes. A grande responsável por pontuar essa melhoria na qualidade de vida desses indivíduos foi a imensa lucratividade obtida com o avanço das lavouras e das exportações de café. Alguns imigrantes não permaneceram alheios a esse processo e, contaram com recursos para investimentos, aproveitaram-se da expansão nas exportações e da necessidade do mercado nacional de continuar importando maquinário industrial e agrícola, bem como utensílios diversos para uso doméstico, e passaram a se estabelecer com firmas de grande porte e interesses diversificados. O representante mais emblemático dessa categoria de empresários foi Theodor Wille, oriundo de Kiel, o qual no ano de 1844, o mesmo em que o foi nomeado vice-cônsul da Prússia, em Santos, iniciou nesta cidade um empreendimento que se tornaria a pedra angular de um grande império comercial (SIRIANI, 2013, p. 151).

Nesse contexto, surgiu uma empresa que pode nos ajudar a entender as mudanças ocorridas na Liebold & Cia. A firma Theodor Wille & Cia foi uma casa comissionária que exportou as primeiras sacas de café da Província de São Paulo para a Europa. A firma enviava matérias-primas e importava produtos para o comércio local, firmando comissões sobre o valor das importações. No mercado comissionário, competiu com empresas britânicas e da elite local, como Prado, Chaves & Prado, Vilela & Cia e Ferreira Júnior & Saraiva. Entretanto, Theodor Wille & Cia, especializou-se no controle especialmente das exportações de café, notabilizando-se pela estrutura logística que organizou:

[...] Tinham o controle acionário de algumas companhias de navegação e mesmo de estradas de ferro para o transporte da carga e reduzir os custos com os fretes. A firma de Theodor Wille chegou a ter sua própria frota, que gozava dos mesmos privilégios da Lloyd Brasileiro, e que, além do transporte de passageiros (em sua maioria imigrantes), como comprovam as listas de bordo existentes no Arquivo Público do Estado de São Paulo (SIRIANI, 2013, p. 151).

A Theodor Willi & Cia reuniu uma complexa rede de negócios na Província de São Paulo atuando em diversas frentes. Além das atividades comerciais de exportação e importações de mercadorias e da frota que transportava passageiros, Theodor Wille foi

proprietário de 8 fazendas de café no Estado de São Paulo; da Central Elétrica de São Carlos; acionista da Cervejaria Brahma e da George Maschke & Cia e também investidor do Convênio de Taubaté durante o governo de Rodrigues Alves.

[...] O chamado convênio de Taubaté que no ano de 1906 marcou o início de uma parceria dos governos federal e estadual com as casas comissionárias e os fazendeiros, estabelecendo uma política de valorização artificial do café (SIRIANI, 2013, p. 153).

Em outras palavras, as relações comerciais entre Brasil e Alemanha se solidificaram na ascensão das casas comissionárias de alemães no Brasil a partir da segunda metade do séc. XIX. Todavia, Bolle e Kupfer (2013) corroboram com nossa discussão apontando que essas relações sofreram com a dinâmica de fraturas, alinhamentos, realinhamentos e rupturas entre a crise econômica de 1929 até o ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial.¹⁰ Isto é, as crises políticas e econômicas atingiram diretamente as condições de alemães como Theodor Wille, e consequentemente de empresas de origem alemã no Brasil. Os autores Willi Bolle e E. Kupfer observam ainda detalhadamente os processos de rupturas e perseguição às empresas alemãs a partir de 1942, iluminando, nesse sentido, o processo de reorganização da Liebold & Cia/ Augusto Vieira & Cia/ J. Liebold & Cia, a partir dessas experiências. A partir de 1930, com a chegada de Vargas ao poder, o governo brasileiro adotou posição de multilateralidade nas negociações diplomáticas. Apesar de diversos historiadores reivindicarem a simpatia de Vargas por regimes totalitários, “[...] Vargas havia preferido manter uma ‘equidistância pragmática’, utilizando-se de uma dissimulada ‘neutralidade para obter benefícios comerciais e políticos’” (DIETRICH, 2002, p. 53). Em 1933, a ascensão de Adolf Hitler ao Governo Alemão representou uma relativa aproximação econômica e política entre os dois países. As legações foram transformadas em embaixadas a partir de 1936. Nesse momento, foram efetuados acordos que facilitaram exportação de matéria-prima e importação de produtos e maquinário.

Um acordo econômico bilateral firmado com o governo alemão vigorou de 1934 a 1938, no qual se fazia uso dos marcos de compensação como forma de troca. Exporta-se para a Alemanha café,

¹⁰ Entre 1929 e 1932, muitos eventos transformaram a conjuntura política e econômica no Brasil e na Alemanha. Em 1929, a crise econômica afetou o comércio de exportações e importações do comércio internacional. O Brasil sofreu com a queda nas importações de café para os Estados Unidos e Europa. Nesse contexto, ressalta-se a queda na histórica relação comercial estabelecida entre o Brasil e Alemanha: “As exportações de café despencaram de 73% sobre o valor de ouro em 1930 e ainda em 1937 continuavam 42% abaixo do valor antes da crise” (KUPFER & BOLLE, 2013, p. 165).

couro, fumo, arroz, carne, banha e principalmente algodão, em troca recebia-se carvão, maquinário elétrico, folhas de flandres, tubulações de ferro, aço e material ferroviário (SIRIANI, 2013, p. 159).

Se em São Paulo as firmas foram favorecidas pelo comércio do café, na Amazônia, as atividades econômicas envolvendo firmas de origem alemã se concentraram no comércio da borracha. Na tese, *Nazismo Tropical? O Partido Nazista do Brasil*, defendida em 2007, Ana Maria Dietrich apresenta os interesses do III Reich na região da Amazônia. Ao analisar um relatório de 1926 a autora percebe que a importância do desenvolvimento do germanismo na região amazônica era pequena. O consulado alemão no Pará representava uma pequena comunidade composta por 60 a 70 alemães. No Amazonas, a colônia era considerada “fraca e fechada”. Entretanto, o comércio da borracha impulsionou firmas comerciais que se instalaram na região. Entre essas ressalta-se a “Berringer & Co de comércio de borracha, cuja matriz se localizava em Hamburgo” (DIETRICH, 2012, p. 170).

Apesar do baixo número de alemães nos estados da região norte do Brasil, os alemães mantiveram interesses estratégicos no comércio da borracha. Na comemoração do 60º aniversário da Associação Alemã Germânica da Bahia em 1933, o integrante Wilhelm Overbeck em discurso afirma que “[...] A Bahia nunca teve possibilidade para grandes negociações como, por exemplo, a borracha no Amazonas ou o café em São Paulo. O comércio da Bahia ocorre de maneira estável e com pequenas relações” (DIETRICH, 2007, p. 160). Entende-se, portanto, que apesar da comunidade alemã ser considerada pequena se comparada às grandes colônias alemãs da região sul e sudeste, o comércio da borracha despertou o interesse do III Reich.

Novamente, dada a ausência de material documental não temos condições de identificar se a Liebold & Cia foi liquidada ou nacionalizada entre 1938 e 1944 (não conseguimos reunir nenhuma fonte desse período). Entretanto, a companheira de Artur Johannes Liebold, Palmira Vieira Liebold, apareceu como sócia na administração da firma Augusto Vieira & Cia em 1944. Ao observar o processo de repressão aos alemães entre 1938 até 1945, supõe-se que a Liebold & Cia pode ter sido liquidada pelo Decreto-Lei nº 5.699, 27 de julho de 1943. A partir desse decreto, as empresas de origem alemã foram nacionalizadas e liquidadas em decorrência do alinhamento do Brasil às potências aliadas durante a Segunda Guerra.

Como referências a esse processo, vale ressaltar a experiência da liquidação das firmas *Theodor Wille & Cia. E Herm. Stoltz & Cia* em 1943:

As atividades de toda a empresa foram oficialmente encerradas no país no ano de 1943, por meio do Decreto-Lei nº 5.699, 27 de julho de mesmo ano, que determinou a liquidação das firmas *Theodor Wille & Cia. e Herm. Stoltz & Cia.* existentes no Brasil, em decorrência do alinhamento do país às chamadas potências Aliadas, durante a Segunda Guerra Mundial. Vale salientar que nessa época o governo Getúlio Vargas havia rompido relações diplomáticas com a Alemanha hitlerista e abandonado a política do pragmatismo equidistante praticado durante a década de 1930 (SIRIANI, 2013, p. 153).

Supomos, assim, que o registro da empresa sob o novo nome de Augusto Vieira & Cia. em 1944, um nome brasileiro¹¹, serviu para superar o processo de perseguição aos alemães durante a Segunda Guerra Mundial. Esse fato, aliás, poderia explicar a ausência do alemão Artur Johannes Liebold no quadro societário da então Augusto Vieira & Cia.

Em “*Caça às Suásticas: O Partido Nazista em São Paulo sob a mira da Polícia Política*”, Dietrich destaca a vigência de uma linha tênue entre o alinhamento político entre o Brasil e a Alemanha, e a vigilância aos estrangeiros de 1930 a 1937. A autora nos ajuda entender a proibição das atividades do Partido Nazista do Brasil e do uso da suástica,¹² e a perseguição aos alemães residentes do Brasil. “O estabelecimento do Estado Novo fez valer uma série de decretos-leis instituídos pelo Poder Executivo. Acionados a partir do ano de 1938, esses atos visavam ao controle e à vigilância dos estrangeiros no país e eram interpretados, segundo os critérios subjetivos da polícia” (DIETRICH, 2007, p. 37).

Por sua vez, Maria Luiza Tucci Carneiro, em *Cidadão do Mundo: o Brasil diante do Holocausto e dos judeus refugiados do nazifascismo desde (1930-1945)* de 2010, investigou a ambiguidade da posição do Governo Brasileiro em relação à política de refúgio aos judeus, vítimas do nazifascismo. No processo de construção do *Projeto Étnico-Político*, o Governo de Getúlio Vargas reuniu antropólogos, psiquiatras, militares, médicos, economistas, jornalistas e escritores que se apropriaram de modelos

¹¹ Augusto Dias Vieira era possivelmente parente da esposa de Artur Johannes Liebold; dona Palmira Vieira Liebold.

¹² A suástica como manifestação e o processo de perseguição à esse símbolo só pode ser observada em alinhamento com a experiência de atuação e proibição do Partido Nazista do Brasil. Ver: DIETRICH, Ana Maria. *Caça às Suásticas: o Partido Nazista em São Paulo sob a mira da Polícia Política*/ Ana Maria Dietrich – São Paulo : Associação Editorial Humanitas : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Fapesp, 2007. 388 p. (História da Repressão e da Resistência, 2)

desenvolvidos por teóricos racialistas europeus e ofereceram, em alinhamento com o Estado, intensas campanhas de brasilidade ufanista, antiliberal, anticomunista e xenófoba, que se aprimoraram de 1930 a 1940¹³. Esse processo foi construído e executado em forma de perseguição, com o propósito alegado de promoção da brasilidade.

Por meio do *slogan* “promover o homem brasileiro e defender o desenvolvimento econômico e a paz social do país” encontraram uma fórmula para acobertar as práticas autoritárias. Tanto a legislação como a polícia política brasileira foram acionadas de forma a legitimar a ação repressiva contra aqueles que, segundo o discurso oficial, eram considerados como elementos ameaçadores à composição racial e à ordem social e política brasileiras (CARNEIRO, 2010, p. 43).

Entre 1930 e 1938, a suástica no Brasil foi tratada então como uma manifestação de nacionalismo alemão. Antes disso, a suástica transitou pelo território nacional sem controle do governo brasileiro. Quanto a isso, vale certamente mencionar o apoio do governo do Estado do Pará à expedição nazista Amazonas-Jari, de 1935 até 1937, que fez a bandeira nazista tremular pelos rios da Amazônia, conforme veremos nos registros adiante.

3. O nacionalismo alemão no Brasil

Sobre o trânsito do Partido Nazista para além das fronteiras geográficas da Alemanha, é possível afirmar que o Nacional-Socialismo se expandiu globalmente a partir de 1928 com a *Auslandsorganisation der NSDAP* – Organização do Partido Nacional-Socialista para o Exterior. Marionilde Brepohl de Magalhães, ao analisar o estatuto do grupo local do Paraguai, afirma:

[...] Queriam captar recursos para serem enviados ao partido, quando em fase de ascensão, bem como conquistar um apoio informal a sua política externa, quando já no poder. Além disto, a A.O se constituía num órgão de informações sobre as possibilidades de realizações de transações comerciais favoráveis ao seu país; a nazificação de alemães no exterior atendia ainda a um outro objetivo, qual seja, o de formar um reservatório de cidadãos do Reich para o caso necessitarem recrutá-los em um eventual conflito militar (MAGALHÃES, 1998, p.

¹³ Ver: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Cidadão do Mundo: O Brasil Diante do Holocausto e dos Judeus Refugiados do Nazismo (1933-1948) / Maria Luiza Tucci Carneiro, - São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2010_il. – (Perspectiva).

135-136)

No Brasil, as manifestações em prol do nacionalismo alemão antecedem o processo de organização da Seção Brasileira do Partido Nazista. “A influência da ideologia nazista nas colônias germânicas do Sul do Brasil já estava presente desde o início da década de 1920 através do Volksbund Fur das Deuschtum im Ausland” (MAGALHÃES, 1998, p. 135). Apesar dos estudos sobre o partido nazista no Brasil se concentrarem no sul do país e, sobretudo, em São Paulo, Dietrich aponta a existência do partido em outros estados do Brasil.

O partido nazista estava presente em 17 estados brasileiros. Uma presença expressiva e com números proporcionais à comunidade alemã estabelecida em cada um destes estados. Mesmo que a historiografia brasileira tenha se concentrado em estudos relativos à colônia no sul do Brasil, havia grupos germânicos por todo o país, com número significativo nos estados de Pernambuco, Mato Grosso, Goiás, Pará e Bahia. Tais grupos, a exemplo do que acontecia na região sulina Brasileira, também tiveram seus representantes ligados ao governo nazista e estabeleceram grupos regionais do partido ou pontos de apoio (DIETRICH, 2007, p. 219).

Luiz Edmundo Moraes, em sua dissertação *Ein Volk, Ein Reich, Ein Fuhrer!: a Seção Brasileira do Partido Nazista e a Questão Nacional*, afirma que o Nacional-Socialismo é um dos fenômenos políticos mais estudados pela intelectualidade no mundo, todavia ainda assim pode ser revisitado e problematizado de diferentes formas. A dissertação de Moraes é considerada um divisor de águas na historiografia sobre o Nacional-Socialismo no Brasil, o autor apresenta uma série de documentos sobre a *Seção Brasileira do Partido Nazista* e supera o argumento de perigo que os partidários do nacional-socialismo representavam quanto a uma eventual anexação do sul ao III Reich¹⁴ e a refundação de uma Alemanha Meridional nas colônias germânicas, conforme afirmavam autores que escreveram sobre o tema a partir da década de 1940¹⁵.

¹⁴ PY, Aurélio de Silva s/d [1940]. O Nazismo no Rio Grande de Sul. s/l. s/e; PY, Aurélio da Silva 1942 – A Quina Coluna no Brasil: conspiracionista Nazi no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo; ARTÚCIO, Hugo Fernández 1942 Nazi Underground in South America. New York: Farrar & Rinehart, inc.

¹⁵ JONG, Luis Die deutsche funfte Kolonne im Zweitein Weltkrieg. Stuttgart Deutsche Verlag Anstalt, 1956; MAGNUS, Arthur W von Die neue Phase der Monroedoktrin angesichts der bedrohung Lateinamerikas durch die totalitaen Staaten (1933-1945) Universidade Livre de Berlim 1956 (Tese de Doutorado); GRUCHMANN, Lothar Nationalsozialistische Grossraumordnung Die Konstruktion einer “deutschen Monroedoktrin” Stuttgart, Deutsche Verlagsanstalt, 1962; HILDEBRAND, Klaus Vom Reich zum Weltkrieg. Hitler. NSDAP und die kolinnial Frage 1919-1945. Munchen Wilhelm Fink Verlag, 1969; JACOBSEN, Hans Adolf Nationalsozialisxhe Aussenpolitik 1933-1938. Frankfurt/M, Alfred Metzner Verlag, 1968; EBEL, Arnold Die Diplomatischen Bezeihungen des Dritten Reiches zu Argentinien unter besonderer Berucksichtigung der Handelspolitik (1933-1939). Landeu/Pfalz, Druckerei Dr. A Kraemer KG., 1970; POMMERIN, Reiner Das Dritte Reich und Lateina,erika. Dusseldorf. Droste

Segundo Moraes, a Seção Brasileira do Partido Nazista fazia parte de um sistema político hierárquico, por isso, recebia instruções do Partido Nacional-Socialista com sede na Alemanha, assim como as demais seções do Partido Nazista que se expandiram globalmente. O autor apresenta um grande número de documentos sobre a Seção Brasileira do Partido Nazista. Dessa documentação, podemos ressaltar a seção do Partido Nazista no Pará, e, com ela, a possibilidade de Arthur Johannes Liebold ter sido um dos militantes da seção paraense do Partido Nazista na cidade de Santarém.

Cidades do Estado do Pará	Número Militantes
Santarém, Prata, Breves	Até 5 militantes
Maracanã	9 militantes
Belém	12 militantes

Filiados à Seção do Partido Nazista do Pará. Fonte: Moraes, 1996, p. 197.

Apesar do número de militantes ser considerado pequeno – comparado a outros grupos do Brasil –, a seção do grupo do Pará estabeleceu uma atuação incisiva conforme as diretrizes adotadas pelo partido em questões nacionais. O líder da seção paraense pedia mudanças nos quadros do partido [...]: “criticou a atuação do líder na Bahia, dizendo que era culpa dele, que era melhor se obter uma troca de lideranças para melhorar a atuação do movimento no território brasileiro” (DIETRICH, 2007, p. 268). Por causa das cobranças, o grupo foi “promovido” pouco tempo depois e assim [...] “em apenas um mês, o grupo do Pará é elevado de ponto de apoio (stützpunkt) ao círculo local (ortgruppe)” (DIETRICH, 2007, p. 268).

Ano de Filiação	Pará
1930	
1931	
1932	5
1933	5
1934	1

Veria, 1977. Luis Edmundo de Moraes baseia sua análise no debate efetuado por: (GERTZ, 1987, p. 1987). Ver: MORAES, L.E: **A Seção Brasileira do Partido Nazista e a Questão Nacional**, Programa de Pós-Graduação em Antropologia – Museu Nacional – UFRJ, Brasil, 1996

1935	
1936	7
1937	7
1938	2
Total	27

Distribuição de filiados na Seção Brasileira do Partido Nazista no Estado do Pará. Fonte: Moraes, 1996, p. 193.

Analisando os dados disponibilizados por Moraes (1996), é possível perceber que o primeiro grupo do Pará teve seus primeiros 5 filiados em 1932, e, no ano de 1933, o partido manteve o mesmo número de filiações. O período com o maior número de filiações ao partido ocorre entre 1936 e 1937, quando foram contabilizadas 14 filiações, sendo 7 em cada ano. Conforme constatou o autor, o Partido Nacional-Socialista da Alemanha manteve instruções às seções do Partido no Exterior. Dentre essas instruções, destaca-se aquela para que as seções do partido no exterior não se envolvessem com a política dos países onde residiam. Sobre as atividades do Partido Nazista no Brasil e a apresentação de bandeiras e símbolos: “a atividade partidária entre cidadãos alemães não era proibida e esta atividade incluía evidentemente de bandeiras e a apresentação pública de outros símbolos” (GERTZ, 1987, p. 63).

Além da suástica no gado da firma Liebold & Cia em janeiro de 1938, outras manifestações apresentaram a suástica nazista em território nacional. Sobre a bandeira nazista em Santa Catarina, Dietrich afirma que:

Até 1938, o governo não reprimiu as manifestações de nacionalismo alemão. Em 1936, por exemplo, durante a visita do dirigível alemão Hindenburg ao Brasil, foram hasteadas bandeiras nazistas nas colônias alemãs de Santa Catarina. Como o Brasil ainda não havia cortado relações com o Eixo, e tal fato não poderia ser considerado como um antibrasileirismo. (DIETRICH, 2007, p. 55)

Dá-se a partir de 18 de abril de 1938, a repressão aos símbolos do nacionalismo alemão no Brasil. Com o Decreto-lei 383, abre-se a possibilidade de perseguição a

estrangeiros estabelecidos no país, posto que o governo passa a entender que as influências estrangeiras ameaçavam o Projeto Étnico-Político defendido por Getúlio Vargas.

DECRETO-LEI 383 de abril de 1938.

Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências

(...)

Art. 1º. Os estrangeiros fixados no Território Nacional e os que nele se acham em caráter temporário não podem exercer qualquer atividade de natureza política nem imiscuir-se direta ou indiretamente, nos negócios públicos do país.

Art. 2º. É-lhes vedado integralmente:

1 – organizar, criar ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes e qualquer estabelecimento de caráter político, ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda ou difusão de ideias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem. A mesma proibição estende-se ao funcionamento de sucursais ou filiais, ou de delegados, propostos, representantes e agentes de sociedade, fundação, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos dessa natureza que tenham no estrangeiro a sua sede principal ou a sua direção;

2 – exercer ação individual junto a compatriotas ao sentido de, mediante promessa d [de] vantagens ou ameaça de prejuízo, ou constrangimento de qualquer natureza, obter adesões a ideias ou programas de partidos políticos do país de origem;

3- hastear, ostentar ou usar bandeiras, flâmulas ou estandartes, uniformes, distintos, insígnias ou quaisquer símbolos de partido político estrangeiro. Esta proibição será estendida, a critério do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, a quaisquer sinais exteriores de filiação política ainda que não constantes de disposição legais ou estatutárias

4 – organizar desfiles, passeatas, comícios ou reuniões de qualquer natureza de qualquer que seja o número de participantes com os fins a que se referem os incisos ns 1 e 2;

5 – com o mesmo objetivo, manter jornais, revistas ou outras publicações, estampar artigos e comentários na imprensa, conceder entrevistas, fazer referências, discursos, alocações diretamente ou por meio de telecomunicação, empregar forma de publicidade e difusão (...)(MORAES, 1996, p. 204-205)

Este decreto foi ratificado precisamente quatro meses após a aparição da suástica no gado da firma Liebold & Cia. A partir dele, a Seção Brasileira do Partido Nazista e “insígnias e quaisquer símbolos de partido político estrangeiro” tornaram-se ilegais. Depois de 1938, enfim, qualquer manifestação envolvendo a suástica era reprimida, com risco de prisão política aos envolvidos. Não se pode esquecer, porém, a postura do Governo Nacional sobre aparição da suástica antes de 1938. Entre os casos, vale lembrar da Expedição Alemã Amazonas-Jari (1935-1937).

Apesar de a representatividade do partido nazista ser pequeno no Estado Amazonas (apenas quatro integrantes), o interesse do III Reich pela região amazônica era significativa. Em 1935, por exemplo, houve uma expedição para floresta organizada por Otto Schulz-Kampfhenkel que durou 2 anos – de 1935 a 1937 (DIETRICH, 2007, p. 269)

A seção brasileira do partido nazista realmente tinha pequena representatividade no estado do Amazonas, com apenas quatro integrantes, todavia a região amazônica não pode ser observada como reflexo do Estado do Amazonas. Segundo Ana Maria Dietrich, o Pará em 1926 “[...] já possuía um consulado alemão para representar o interesse de um pequeno número da comunidade (60/70 alemães) (DIETRICH, 2007, p. 268)”. Ainda sobre a representatividade da seção do partido no Pará, ao observar as correspondências trocadas entre grupo local e a liderança do departamento de propaganda do Reich, localizada em Berlim, a autora defende que:

Belém do Pará, já em 1933, contava com um ponto de apoio do partido nazista. No arquivo federal da Alemanha, encontramos correspondência já nesta data entre este grupo e a liderança do departamento de propaganda do Reich, localizada em Berlim. [...]. Outra correspondência, também com o timbre do partido nazista do Pará, demonstra que houve inspeção dos grupos do partido no Brasil pela matriz do movimento no exterior, nesta época, sediada em Hamburgo (DIETRICH, 2007, p. 268).

A seção do Partido Nazista do Pará tinha vinte e sete integrantes em 1937, e observaremos que além do apoio da seção paraense do partido, a expedição foi planejada a partir de demandas internas e externas. No Brasil, colaboraram com a Expedição alemã Amazonas-Jari (1935-1937), o consulado alemão em Belém, o Museu Emílio Goeldi, e o Governo do Pará. Por parte da Alemanha, colaboraram com a expedição agentes como Hermann Goring, Ministro da Aeronáutica do Reich; Julius Riemer, colecionador; Museu Etnológico e o Instituto Ibero-Americano em Berlim. Observando esse apoio, é possível modular a afirmação de Dietrich quanto à representatividade da seção paraense do Partido Nazista.

Tunai Rehm Costa de Almeida em sua dissertação intitulada *Achsenmachte, Potenze dell'Asse, Sujikukoku na Amazônia: imagens, narrativas e representações da Quinta Coluna no Pará (1939-1945)*, 2015, retratou a expedição alemã na Amazônia, observou o processo de perseguição aos “*Súditos do Eixo*” a partir do ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Segundo Almeida, Otto Schulz-Kumpfhenkel aportou Belém com o objetivo de desenvolver pesquisas sobre a fauna e a flora da região amazônica, coletando dados zoológicos e informações hidrográficas sobre a área do Rio

Jari “[...] definia como objetivos centrais a pesquisa de animais da região, reconhecimento etnológico do rio e seus afluentes e, também, estudo geográfico da paisagem, registro cartográficos e possíveis afluentes que poderiam ser vir a ser descobertos” (ALMEIDA, 2015, p. 31-32).

A chegada dos expedicionários despertou a curiosidade da população na cidade de Belém. Ao observar a anormalidade na vida cotidiana na cidade, a população foi ao grande Hotel para conhecê-los. Para a estadia, [...] ficaram no Grande Hotel de suntuosa beleza arquitetônica. Para reverenciá-los, as paredes do hotel foram decoradas com suásticas” (ALMEIDA, 2015, p. 32). A curiosidade e a desconfiança dividiam lugar no imaginário popular. A imprensa carioca questionava as intenções dos alemães e suspeitava que eles eram cientistas.

Cristovão Lins (1997) conta que, ao passar por Breves,¹⁶ os expedicionários chegaram a uma serraria alemã onde estavam a bandeira brasileira e a alemã nazista lado a lado. Tal ocorrência indica a possibilidade da existência de simpatizantes do partido nazista fora da cidade de Belém, capital do estado do Pará. Anos após a expedição, outros nazistas voltaram a Belém, porém, não tiveram a mesma recepção “[...] pelo contrário, atuavam como espões. Entraram e saíram do estado sendo percebidos somente depois, quando da denúncia nos jornais (ALMEIDA, 2015, p. 32).

A expedição de Otto Schulz-Kampfhenkel no Rio Jari ainda é pouco discutida pela historiografia Brasileira. Arenz & Quaresma (2015) resenharam a obra *Vom Amazonas na die Ostfront: der Expeditionsreisende und Geograph Otto Schulz-Kampfhenkel (1910-1989)* editada por Soren Flachowsky, e Holger Stoecke, sendo estudo mais significativo sobre a expedição no Rio Jari. A obra é a biografia de Otto Schulz-Kampfhenkel, “sua carreira dentro da complexa hierarquia nazista e suas diversas excursões para o continente africano (Tunísia, Libéria e Líbia)” (ARENZ & QUARESMA, 2015, p. 234).

Arenz & Quaresma (2015) criticam a produção trabalhos como o do historiador regional Cristovão Lins, do jornalista Frederico Fullgraf como também de Alexandre Duarte e Pieter Zalis que desenvolveram reportagem para as revistas “Rolling Stones Brasil” e “Super Interessante” no Brasil, sobre a expedição dos alemães na Amazônia:

De estilo predominantemente sensacionalista, todos esses trabalhos

¹⁶ A cidade de Breves fica localizada na 223 km da cidade de Belém, na região do Marajó, próxima à Gurupá, localizada entre a região do Jari, Amapá atual amapá, ponto de partida da expedição que tinha como interesse sair do da foz do rio Jari e para navegar até a Guiana; e Belém do Pará, onde estava sede do da seção do partido nazista do Pará, o maior da amazônia brasileira.

deixam, de certa forma, pairar um ar de *suspense* e mistério sobre o grupo de jovens aventureiros (pseudo) científicos e sua aparente meta de observar um vale estratégico que liga a calha amazônica ao planalto das Guianas, por conseguinte, ao litoral do mar do Caribe (ARENZ & QUARESMA, 2015, p. 236).

Na Alemanha, o jornalista Jens Glusing publicou a obra *Das Guayana Pokekt (O projeto Guiana)*, que, apesar de trabalhar com pesquisa arquivísticas, oferece uma interpretação militar-estratégica da expedição. O autor defende que Otto Schulz-Kampfhenkel e sua equipe visavam estudar as características geográficas da área. As informações seriam utilizadas como referência para a formulação de uma estratégia militar que conquistasse as Guianas (Britânica e Francesa). Flachowsky e Stoecker salientam que a natureza militar-geográfica do evento só foi expressa após a expedição, “[...] já no contexto de suas divulgações sobre possíveis áreas de povoamento estratégico em caso de uma vitória nazista na guerra. Nestas reflexões, as Guianas foram consideradas como possível lugar de controle do Atlântico Sul. [...]” (ARENZ & QUARESMA, 2015, p. 236-37). Dessa forma, o apontamento de Jens Glusing de que a expedição tinha como objetivo reunir dados sobre a área para depois invadir e ocupar as Guianas não correspondem aos objetivos da expedição na época do acontecimento.

Flachowsky e Stoecker tratam de Otto Schulz-Kampfhenkel, personagem central de *Vom Amazonas an die Ostfront*, como membro da “geração de Guerra”. Os autores oferecem uma completa análise sobre o processo de formação de Otto. Começam a narrativa pela infância do jovem de família tradicional, até seus estudos de zoologia na cidade de Friburgo, no sudoeste da Alemanha.

Otto Schulz-Kampfhenkel [...] nasceu no vilarejo de Buckow nos arredores de Berlim, no dia 27 de agosto de 1920, em uma família abastada de tradição conservadora, proprietária de uma empresa especializada na produção de ferramentas e acessórios para a apicultura. O interesse do jovem Otto pela flora e a fauna regional levou-o a optar, em 1929, pelo estudo da zoologia na cidade de Friburgo [...] Em Friburgo, ele se ligou à *Burschenschaft Franconia*, uma associação estudantil de tendência política conservadora. [...] Sob esta influência ideológica e ainda estudante, o jovem Otto Schulz-Kampfhenkel fez várias excursões tanto pela Europa (França, Espanha, Hungria e Suíça) quanto pela África (Tunísia e Libéria)” (ARENZ & QUARESMA, 2015, p. 237).

Em 1931, Schulz-Kampfhenkel participou de uma expedição na África ocidental, e ao retornar a Berlim, em 1933, publicou suas impressões da expedição no livro intitulado *Der Dschungel rief*, onde se “[...] apresenta muito mais como

aventureiro e caçador do que pesquisador e cientista. No mesmo ano, o jovem “explorador” filiou-se, como muitos outros militantes da sua idade, ao partido nacional-socialista [...]” (ARENZ & QUARESMA, 2015, p. 238).



Foto: O. Schulz-Kampfhenkel, “Ratsel der Urwaldholle”, Dt.Vlg. 1938.

O partido nacional-socialista, com efeito, assumiu o poder em 1933 tratando de recrutar universitários para “[...] estabelecer uma futura elite intelectual inteiramente dedicada à causa nacional-socialista. [...]” (ARENZ; QUARESMA, 2015, p. 238). Os jovens cientistas perceberam o ingresso no partido nacional-socialista como uma oportunidade de emprego. Na ascensão do partido, as áreas que mais empregavam cientistas eram: “[...] o rearmamento, o abastecimento alimentar, o acesso a matérias-primas e também, o reconhecimento geográfico militar” (ARENZ & QUARESMA, 2015, p. 238). Como integrante do partido, com formação e experiência adquirida em outras expedições, Schulz-Kampfhenkel aproveitou a situação para trabalhar com o reconhecimento geográfico militar.

Assim, sendo membro do partido nazista e explorador já consagrado o jovem Otto conseguiu, entre 1935 e 1937, liderar a Expedição Alemã Amazonas-Jari, contando com o apoio do Ministério da Aeronáutica do Reich – e a aparente benevolência do ministro responsável, Hermann Goring –, do [...] colecionador Julius Riemer, da Auslandsorganisation der NSAP (a seção do partido nazista para o estrangeiro), do Museu Etnológico do Instituto Ibero-Americano em

Berlim, além do Museu Nacional do Rio de Janeiro e, necessariamente das autoridades brasileiras” (ARENZ & QUARESMA, 2015, p. 238).

A expedição Alemã Amazonas-Jari (1935-1937 reuniu esforços do Governo do III Reich, do Governo Paraense, de organizações científicas no Brasil e na Alemanha. Atendeu demandas nacionais e alemães.

No Brasil, os jovens integrantes da expedição receberam o apoio expresso de José Carneiro da Gama Malcher, governador do Estado do Pará (1935-1943), do Museu Paraense Emílio Goeldi em Belém e, do Museu Nacional do Rio de Janeiro. No Amapá, a expedição também teve o auxílio de José Júlio de Andrade, político influente e grande latifundiário na região do Jari (ARENZ & QUARESMA, 2015, p. 240).

Segundo Arenz e Quaresma (2015), além de Schulz-Kampfhenkel, integraram a expedição, os alemães Gerd Kahle, piloto-aprendiz, Gerhard Krause, mecânico de avião e Joseph Greiner, marinheiro, que faleceu durante a expedição em 1936. Seu túmulo foi marcado com um cruzeiro, sobre o qual destaca-se uma cruz suástica, às margens da cachoeira do rio Santo Antônio no vale do Jari, hoje Estado do Amapá.

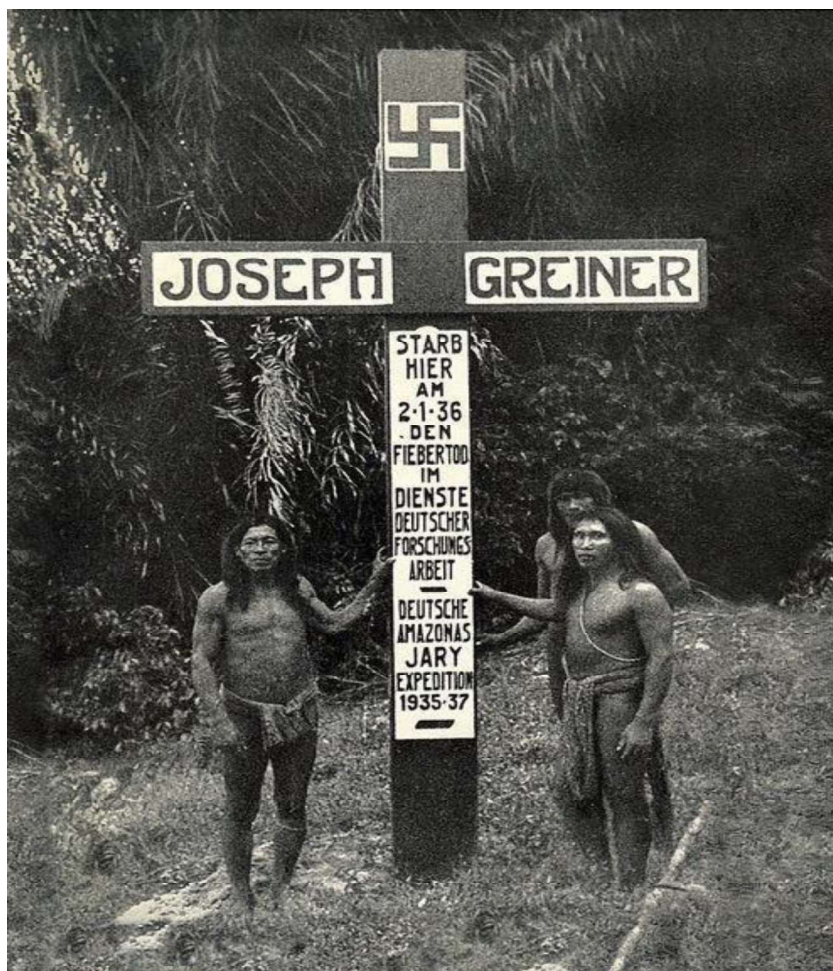


Foto: O. Schulz-Kampfhenkel, "Ratsel der Urwaldholle", Dt.Vlg. 193

4. Considerações finais: os rastros da suástica na Amazônia

Desde o encontro do processo de roubo do gado pertencente à Liebold & Cia foram diversas as possibilidades levantadas sobre a natureza desse documento. Durante a pesquisa, reunimos outros documentos relacionados à Liebold & Cia, mas foi o processo do roubo de gado, onde apareceu registrada a marca da suástica, que, portanto, funcionou como ponto de partida para esta pesquisa. A suástica encontrada no gado pertencente ao comerciante brasileiro Pedro da Silva Motta e o alemão Arthur Joannes Liebold despertou a nossa atenção por fatores como: o símbolo em si e sua reprodução no documento processual; o ano em que a suástica foi utilizada como marca da firma Liebold & Cia; e a nacionalidade alemã de um dos proprietários da firma Liebold & Cia. Tais elementos tornam particular a firma estabelecida na cidade de Santarém no contexto de avanço do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães às vésperas da Segunda Guerra Mundial. Foi a natureza extraordinária desse documento o que, enfim, motivou a pesquisa; os passos adotados durante o trabalho sendo efetuados em torno dele.

A fonte foi o elemento de partida da nossa pesquisa, mas ao mesmo tempo, foi um freio em sua constituição. Desde o primeiro momento consideramos que o documento da suástica era valioso. Nele, porém, não consta o nome de um dos proprietários da firma Liebold & Cia. O brasileiro Pedro da Motta é o único proprietário que aparece como representante da Liebold & Cia no dito documento, e, por isso, foi necessário realizar um trabalho sistemático para reunir fontes que se somassem ao documento principal, relacionados à firma Liebold & Cia ou de referências relacionadas a ela.

Quando pensamos na suástica, automaticamente vem à mente a Alemanha nazista. Lembramos logo da perseguição aos judeus, dos campos de concentração do holocausto e das batalhas da Segunda Guerra Mundial. Entre o uso da suástica e os riscos de se assumir como nazistas a Liebold & Cia, apresentou-se o primeiro desafio investigativo de nosso trabalho. A orientação foi sempre tentar manter a salvo nossa investigação das conclusões fáceis a partir das ações do Partido Nazista no Brasil. Por isso, a presente pesquisa não tem como maior pretensão responder se os donos da Liebold & Cia eram nazistas, mas entender de que forma uma empresa que fez uso de

um símbolo do nacionalismo alemão, como a suástica, teve sua história transformada ao longo dos anos que se seguem ao seu estabelecimento em Santarém, em função das transformações na relação entre Brasil e Alemanha. Estudos sobre as manifestações da suástica dedicaram-se principalmente às regiões Sul e Sudeste do Brasil. Nosso objetivo, então, foi o de nos servirmos da literatura produzida sobre o tema para entender as condições históricas estabelecidas no Brasil no momento em que a suástica foi utilizada como marca de ferro nos gados pertencentes à firma Liebold & Cia em 1938.

No início, focamos na tentativa de explicar as motivações que levaram à Liebold & Cia a usar a marca suástica em 1938. Por mais que seja atrativo, e quase inevitável a associação entre o uso da suástica e o nazismo, sem mais materiais documentais que relacionassem a firma ao governo de Hitler, buscamos entender melhor quais seriam as possibilidades e probabilidades de que a Liebold & Cia guardasse alguma relação (e qual seria essa relação?) com o Partido Nazista. A partir dessa consideração, trabalhamos sistematicamente na reunião de fontes relacionadas à Liebold & Cia, para suprir algumas lacunas em relação à empresa, sem, no entanto, ter sido possível afirmar ou localizar alguma evidência concreta, para além do uso da suástica para marcar o gado, acerca das convicções ideológicas de seus proprietários

Em busca de aprofundar a observação de nosso documento principal, dialogamos com a bibliografia que trata da existência do nazismo e seus simpatizantes no Brasil, o que ajudou a entender distintas manifestações de uso da suástica e demonstrou que seus principais autores estavam vinculados à Seção Brasileira do Partido Nazista. Autores como René Gertz e Marionilde Bephol de Magalhães dão importantes contribuições sobre a existência do Partido Nazista do Brasil no sul do país, ao passo que vale também destacar a produção de Luís Edmundo de Moraes e Ana Maria Dietrich. As obras escritas por esses dois últimos autores foram fundamentais para perceber que existia no Pará um diretório estadual do Partido Nazista, incluindo militantes da cidade de Santarém. Com efeito, Luís Edmundo Moraes em *Seção Brasileira do Partido Nazista*, 1996 faz uma grande análise sobre a Seção Brasileira Partido Nazista do Brasil e a sua relação com a sede do partido nazista na Alemanha. Moraes apresenta um compilado de dados da Seção Brasileira do Partido Nazista em diversos Estados do Brasil. Ele percebe que apesar da influência das colônias germânicas no sul e sudeste, a seção do partido esteve presente em todas as regiões do país. O autor faz uma análise da Seção Brasileira do Partido na sua totalidade,

relacionando questões nacionais e internacionais, sem adentrar das especificidades do partido em cada região do Brasil.

Com o andamento da pesquisa e uma cuidadosa consulta aos acervos do Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas da Ufopa e aos jornais do Instituto Boenerges Cena foi possível reunir aos poucos documentos envolvendo a Liebold & Cia. Nesse processo, vale destacar a participação das atividades desenvolvidas no CDHBA. Durante a constituição dessa pesquisa o Centro passava por um ambicioso processo de catalogação e digitalização dos documentos XX do Fórum da Comarca de Santarém. O processo de catalogação, digitalização e colaboração de bolsitas nos auxiliaram a buscar pistas indiciárias sobre os proprietários da Liebold & Cia bem como sobre as dificuldades enfrentadas pela referida empresa durante a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Dentre as regiões apresentadas por Luís Edmundo Moraes, consta nos anexos das tabelas da Seção Brasileira do Partido Nazista na região Norte. A compilação desses dados apresenta o organograma do partido; o número de filiados; o ano de filiação; a profissão e a localidade dos filiados. Foi possível, com isso, observar a existência de filiados ao partido na cidade de Santarém, entretanto, nos anexos não constam os nomes dos filiados. Essa nova documentação nos impediu então de afirmar terem sido nazistas Arthur Joannes Liebold, ou qualquer um dos outros alemães vinculados a Liebold & Cia, mas, ao mesmo tempo, alargou nossa percepção quanto à atuação nazista no universo santareno, seja por iniciativas mais soltas, como por exemplo, o uso da suástica no gado, seja por iniciativas institucionalizadas, como a filiação ao partido. Com objetivo de conferir a existência de vínculo entre Arthur Johannes Liebold e o diretório estadual da Seção do Partido no Pará, entramos em contato com o professor Luís Edmundo Moraes por e-mail com o interesse de acessar os nomes dos membros do partido na cidade Santarém. Moraes consultou o material ao qual tinha acesso facilitado sem conseguir encontrar os dados relacionados a Liebold & Cia. Por causa das condições impostas pela pandemia de Covid-19, não pôde, porém, avançar na busca acessando os dados organizados em seu escritório da UFRRJ.¹⁷

Por fim, utilizando-se dos dados apresentados por Moraes, Ana Maria Dietrich em *Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil* se preocupou em analisar a particularidade do Partido Nazista no Brasil. A autora concorda com a tese do autor de

¹⁷ A singularidade dessas fontes também dificultam o acesso. O acervo foi consultado pelo Professor Luís Edmundo nos arquivos de Berlim e de Hamburgo, por isso, não temos condições materiais de acessar.

que o Partido Nazista no Brasil recebia ordens da sede em Berlim, todavia, ela, percebe que o partido no Brasil foi *tropicalizado*. Dietrich defende que ordens como a proibição do casamento entre alemães e pessoas de outras nacionalidades e a neutralidade filiados do partido na política nacional não eram cumpridas.

A obra de Ana Maria Dietrich nos é importante por discutir a particularidade do partido na Região Norte do Brasil. Em função do pequeno número de filiados (4 integrantes) estabelecidos no Estado do Amazonas, Dietrich entende que “o partido tinha pouca representatividade” na região Norte como um todo. Apesar das considerações efetuadas por Dietrich, é possível problematizar sua conclusão uma vez que o partido tinha maior protagonismo no Estado ao lado. Enquanto no Amazonas existiam somente quatro militantes, no Estado do Pará o grupo contava com vinte e sete filiados.

As aparições da suástica entre 1930 e 1938 não só eram permitidas devido às relações políticas e economia como também, em algumas circunstâncias, foram favorecidas por órgãos de Estado. A *Expedição Alemã Amazonas-Jari* ocorrida entre 1935 e 1937 foi executada com o apoio de órgãos do Estado Brasileiro. A viagem foi estabelecida com o apoio do Museu Ibero-Americano de Berlim, Museu Emílio Goeldi, Museu Nacional do Rio de Janeiro, interessados no material de pesquisa, bem como o apoio dos políticos José Carneiro da Gama Malcher, então governador do Estado do Pará (1935-1943), José Júlio de Andrade, político influente e grande latifundiário na região do Jari, e, por último, com o apoio do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães. Fatores como as bandeiras nazistas utilizadas na expedição a cruz suástica no cruzeiro de um dos expedicionários mortos no Jari e o apoio do Governo local atestam que a suástica utilizada na Expedição Amazonas-Jari não apenas era permitida no percurso da expedição, como apoiada. É, enfim, precisamente nesse contexto que observamos a marca suástica ser utilizada pela Liebold & Cia, não como prova irrefutável de uma empresa nazista em Santarém, mas como indício de uma atmosfera nazista que rondava, como possibilidade, a região.

Fontes

Assento de nascimento de João Carlos Viera Liebold, Cartório do 2º Ofício de Santarém, 1945.

Autos cíveis de execução de dívida; João Liebold; Fórum Civil; CDHBA; Santarém, 1938.

Autos criminais de furto de gado, Francisco Machado Freire; Fórum Criminal; CDHBA, TJPA, Santarém, 1938.

Autos criminais de furto; Gaudino Amadeu de Deus, Fórum Criminal; CDHBA; Santarém, 1930.

Catálogo telefônico da companhia telefônica de Santarém; Instituto Cultural Boenerges Sena, p. 60, Santarém, 1956.

Inventario de Karl Heinch Liebold; Fórum Civil; CDHBA, TJPA; Santarém, 1957

Jornal Tapajônico; Instituto Cultural Boenerges Sena, Santarém 1948.

Jornal de Santarém Ilustrado; Instituto Cultural Boenerges Sena, Santarém 1953

O. Schulz-Kampfenkel, “Ratsel der Urwaldholle”, Dt.Vlg. 1938

Referências bibliográficas

ARENZ; Quaresma. Vom Amazonas an die Oatfront: der Expeditionsreisende und Geograph Otto Schulz-Kampfenkel (1910-1989). Colônia/Viena/Weimar: Bohlau Verlag, 2011. **Revista Estudos Amazônicos**, v.11, p. 233-244, 2015.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Cidadão do Mundo: O Brasil Diante do Holocausto e dos Judeus Refugiados do Nazi-fascismo (1933-1948)**. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2010.

DIETRICH, Ana Maria. **Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil**. Tese. USP. São Paulo, 2007.

DIETRICH, Ana Maria. **Caça às Suásticas: O Partido Nazista em São Paulo sob a Mira da Polícia Política**. São Paulo: Associação Editorial Humanas: Imprensa Oficial. Fapesp, 2007. 388p. (Historia da Repressão e da Resistência, 5)

GERTZ, René Ernani. **O Fascismo no Sul do Brasil: Germanismo, Nazismo, Integralismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GERTZ, René Ernani. **O Perigo Alemão**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987

KUPFER, Eckhard E. & BOLLE, Willi. **Relações Diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha, 1889-1942**. In: Cinco Séculos de Relações Brasileiras e Alemãs | Fünf Jahrhunderte Deutsch-Brasilianische Beziehungen / Willi Bolle, Eckhard E. Kupfer; [Übersetzung/ Tradução: Claudia Aberling Birgit Fouquet, Rainer Domschkeer]. Santos, SP: Editora Brasileira de Arte e Cultura. 2013. Vários Colaboradores. Edição Bilingue: alemão e português.

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. **Pangermanismo e Nazismo: a trajetória alemã**

rumo ao Brasil. Campinas, SP: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1998

MORAES, L. E. **A Seção Brasileira do Partido Nazista e a Questão Nacional.** Programa de Pós-Graduação em Antropologia – Museu Nacional – UFRJ, Brasil, 1996

SIRIANI, S. C. L. **A Participação Alemã na Economia Brasileira: da Belle Époque a Era Vargas.** In: Cinco Séculos de Relações Brasileiras e Alemãs | Fünf Jahrhunderte Deutsch-Brasilianische Beziehungen / Willi Bolle, Eckhard E. Kupfer; [Übersetzung/ Tradução Claudia Aberling Birgit Fouquet, Rainer Domschkeer]. Santos, SP: Editora Brasileira de Arte e Cultura. 2013. Varios Colaboradores. Edição Bilingue: alemão e português